

Sítios Históricos e Centros Urbanos

JEANINE MAFRA MIGLIORINI

(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Sítios Históricos e Centros Urbanos

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S623	Sítios históricos e centros urbanos [recurso eletrônico] / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-85107-38-3 DOI 10.22533/at.ed.383182609 1. Arquitetura – Conservação e restauração. 2. Patrimônio cultural – Proteção. I. Migliorini, Jeanine Mafra. II. Título. CDD 720.288
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Patrimônio pode ser entendido como algo de valor, que merece cuidado e exige atenção para que se mantenha. Esta definição deve ser aplicável ao patrimônio econômico e ao cultural. Então por que é tão difícil a compreensão da necessidade do cuidado com o patrimônio cultural? O patrimônio cultural possui um valor intangível, e por isso é tão difícil mensurar sua importância. É necessário fazer perceber que valorizar o patrimônio cultural é respeitar nosso ser social, no contexto e entorno.

Entretanto a discussão sobre o patrimônio é abrangente e delicada, uma vez que muitas vezes interfere em bens particulares, que possuem valor para a sociedade, essa é uma das grandes polêmicas que envolvem este assunto. Isto nos leva a mais um questionamento: o que deve ser preservado? Esta é uma resposta que cabe aos especialistas, que analisam um contexto, deixando de lado interesses pessoais, uma vez que deve prevalecer o interesse comunitário. Estes pareceres são técnicos, e não poderiam ser alterados por poderes políticos: eis aqui mais uma questão delicada referente ao patrimônio.

Em meio à tantas contendas devemos refletir sobre a necessidade de interferência do poder público, para a conservação de nossa história, de nossos bens materiais e imateriais, culturais e naturais. Não deveria ser intrínseco ao ser humano a necessidade de cultivar nossa história, nossos bens comuns? Lanço mais um questionamento: o poder público, responsável pela árdua tarefa de classificar, atender, vigiar e punir, se necessário, o descaso com nosso patrimônio, realmente está cumprindo seu papel? Ainda: tem interesse em cumprir esse papel?

A cultura é inerente ao ser humano, e sua importância deveria ser inquestionável, mas o que vemos atualmente é um grande descaso, gerando graves consequências para cada um de nós e para todos nós. Estes são alguns dos pontos que justificam a necessidade crescente de discutir, estudar, analisar e cuidar dos nossos tão preciosos patrimônios. Como isso é possível? Enumero algumas ações possíveis discutidas neste livro.

Incentivar a restauração de bens em estado de degradação, esta feita por profissionais qualificados, que podem conduzir o processo com competência e qualidade, e para isso existem leis, uma vez conhecidas podem ser cobradas por todos. Por isso o conhecimento sobre o patrimônio, sobre sua importância é tão fundamental.

Outra ação possível, que vai ao encontro desta, é a criação de rotas patrimoniais, para que chegue até o público o conhecimento, a vivência, a experiência. As temáticas para desenvolver este trabalho são vastas, basta interesse. O que nos leva à mais uma ação: a gestão patrimonial, quer seja pública ou privada. Deve ser exercida para uma manutenção apropriada dos bens. Para que isso ocorra é necessário que se criem ou se exerçam políticas patrimoniais. Através delas pode, ou não, ser incentivado o cuidado, a valorização e até mesmo a percepção acerca do patrimônio, por parte da população.

Em meio a tudo isso o tema que acredito ser a base para que todo este cenário ocorra: a educação patrimonial, que dá subsídios para que as outras ações ocorram, é o conhecimento que permite a apropriação, o desenvolvimento do sentimento de pertença, e conseqüente valorização do patrimônio.

É um caminho de muitas pedras, mas que deve ser iniciado com determinação, por aqueles que são os disseminadores dessas ações. Este livro é um desses passos de reconhecimento desta caminhada.

Boa leitura e engaje-se nesta luta!

Prof.^a Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO MOTIVADORA DO AUTO RECONHECIMENTO HISTÓRICO DO INDIVÍDUO SOCIAL CACERENSE	
<i>Thais Lara Pinto de Arruda</i> <i>Rafael Leandro Rodrigues dos Santos</i> <i>Veruska Pobikrowska Tardivo</i>	
CAPÍTULO 2	16
OLHARES SOBRE O BAIRRO LAGOINHA: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, IMAGENS COTIDIANO E MEMÓRIAS	
<i>Loque Arcanjo Júnior</i> <i>André Luiz Rocha Mattos Caviola</i>	
CAPÍTULO 3	28
A UFBA NA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: UMA TRAJETÓRIA PIONEIRA NA PESQUISA E NA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL PARA A RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS.	
<i>Renata Lucena Gribel</i>	
CAPÍTULO 4	40
A CIDADE FICOU VELHA? ENTRE POLÍTICA PATRIMONIAL E A PERCEPÇÃO DE PATRIMÔNIO DOS MORADORES DO BAIRRO DA CIDADE VELHA, BELÉM, PARÁ	
<i>Sabrina Campos Costa</i> <i>Edgar Monteiro Chagas Junior</i>	
CAPÍTULO 5	52
REFLEXÕES E POSSIBILIDADES ACERCA DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO CONTEXTO DE UM ARRAIAL DE MINERAÇÃO DO SÉCULO XVIII	
<i>Lucas de Paula Souza Trancoso</i>	
CAPÍTULO 6	68
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE RISCOS PARA MUSEUS LOCALIZADOS EM ÁREAS REMOTAS	
<i>Micheli Martins Afonso</i> <i>Karen Velleda Caldas</i> <i>Juliane Conceição Primon Serres</i>	
CAPÍTULO 7	77
O IMPACTO DAS INUNDAÇÕES SOBRE ALVENARIAS HISTÓRICAS EM TIJOLO CERÂMICO: A DESTRUIÇÃO GRADATIVA DO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA LEOPOLDINA [ES]	
<i>Luciana da Silva Florenzano</i> <i>Renata Hermann de Almeida</i>	
CAPÍTULO 8	93
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE BIOTÉCNICAS NA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ENCOSTAS NOS QUINTAIS DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA	
<i>Clodomir Barros Pereira Junior</i> <i>André Cardim Aguiar</i>	

CAPÍTULO 9	109
JARDINS DE BURLE MARX: UM PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO MODERNO A SER PRESERVADO NA CIDADE DE TERESINA/PI	
<i>Emanuelle de Aragão Arrais</i> <i>Ana Virgínia Alvarenga Andrade</i> <i>Ana Cristina Claudino de Melo</i>	
CAPÍTULO 10	119
O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL BRASILEIRO: REFLEXÕES À MEMÓRIA E HISTÓRIA DO SÉCULO XX	
<i>Ronaldo André Rodrigues da Silva</i>	
CAPÍTULO 11	135
FORTIFICAÇÃO E HUMANIDADE	
<i>Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque</i> <i>Veleda Christina Lucena de Albuquerque</i>	
CAPÍTULO 12	148
ENTRE A HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL: O PAPEL DO RECONSTRUIR SIMBÓLICO DA FEIRA DE SÃO CRISTÓVÃO	
<i>Elis Regina Barbosa Angelo</i>	
CAPÍTULO 13	160
A ROTA PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO: PROPOSTA EM CONCEIÇÃO DA BARRA/ES	
<i>Maísa Fávero Costa</i>	
CAPÍTULO 14	173
PAISAGENS DA MEMÓRIA: INFORMAR PARA PRESERVAR	
<i>Paulo José Lisboa Nobre</i> <i>Isaías da Silva Ribeiro</i>	
CAPÍTULO 15	187
A LEGITIMAÇÃO DA HISTÓRIA DA ARTE POR MEIO DA PINTURA MURAL	
<i>Larissa Gabe</i> <i>Mariela Camargo Masutti</i> <i>Maria Aparecida Santana Camargo</i>	
CAPÍTULO 16	198
A COR NAS SUPERFÍCIES ARQUITETÔNICAS PATRIMONIAIS: O CASO DA IGREJA DE N. S ^ª DA CONCEIÇÃO DOS PARDOS DE LARANJEIRAS SE/BR	
<i>Eder Donizeti da Silva</i> <i>Adriana Dantas Nogueira</i>	

CAPÍTULO 17 214

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO CONFORTO E FUNCIONALIDADE DAS EDIFICAÇÕES MODERNISTAS DE FORTALEZA

Rebecca Campos Leite Alencar

Isabelle Mendonça de Carvalho

Thaís Rebouças Vidal

Amando Candeira Costa Filho

CAPÍTULO 18 225

A RECONSTRUÇÃO E SUA EVOLUÇÃO NO MEIO PATRIMONIAL: DAS RUÍNAS AO MUSEU DE VARSÓVIA

Daniel de Almeida Moratori

CAPÍTULO 19 240

REFLEXÃO SOBRE A PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA EM OURO PRETO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO XX: RECONHECIMENTO E PRESERVAÇÃO

Patrícia Thomé Junqueira Schettino

Fernanda Alves de Brito Bueno

SOBRE A ORGANIZADORA..... 258

A RECONSTRUÇÃO E SUA EVOLUÇÃO NO MEIO PATRIMONIAL: DAS RUÍNAS AO MUSEU DE VARSÓVIA

Daniel de Almeida Moratori

Universidade Federal de Juiz de Fora
Mestrado em Ambiente Construído
Juiz de Fora – Minas Gerais

RESUMO: Este artigo pretende abordar a evolução do debate sobre restauração e conservação do patrimônio cultural a partir do século XIX com base nas doutrinas teóricas e cartas patrimoniais, dando ênfase à questão referente a reconstrução, quando essa começa a entrar em pauta e se consolida como ferramenta de preservação. Muitas vezes a teoria recorrente não é suficiente para solucionar os problemas práticos de grandes proporções, como destruições de bens culturais por guerras, desastres naturais e outros sinistros. Temas bastante delicados como as reconstruções, onde as soluções geram margem para uma polêmica, suscitam as mais diversas objeções entre as correntes teóricas. Pretende-se analisar também as tendências contemporâneas, com o intuito de averiguar os princípios gerais que deveriam guiar as intervenções desse nível. O caso de Varsóvia é abordado, quando a localidade foi destruída e seu povo clamou pela sua reconstrução. A destruição do Centro Velho e reconstrução do Museu de Varsóvia são interpolados, destacando a inter-relação entre os diversos temas a serem discutidos

no texto. Conclui-se que reconstrução é um tipo de preservação que pode ser necessária, quando os símbolos referentes a uma cultura sobrevivem de forma excepcional na memória de um grupo, e que estes precisam ser preservados como identidade, salvaguardando os aspectos culturais e sociais. Que os objetos que chamamos de patrimônio sejam tratados com a devida importância cultural, com toda sua significância, seja material ou imaterial, e que novas abordagens, discussões, que busquem um ganho qualitativo para nossa cultura, sejam realizadas sem um pré-conceito advindo de um pensamento conservador.

PALAVRAS-CHAVE: Reconstrução; Patrimônio cultural; Restauo, Significancia Cultural, Varsóvia.

ABSTRACT: This article intends to board the evolution of the discussion on restoration and conservation of the cultural inheritance from the century XIX on basis of the theoretical doctrines and patrimonial letters, giving emphasis to the question referring to reconstruction, when that one begins to enter in list and is consolidated like preservation tool. Very often the recurrent theory is not sufficient to solve the practical problems of great proportions, like destructions of cultural goods for wars, natural disasters and other accidents. Quite delicate subjects as the reconstruction, where do the solutions produce

edge for a controversy, cause more several objections between the theoretical currents. It intends to analyse also the contemporary tendencies, with the intention of checking the general beginnings that should guide the interventions of this level. The case of Warsaw is boarded, when the town was destroyed and his people cried out for his reconstruction. The destruction of the Old Center and reconstruction of the Museum of Warsaw is interpolated by them, when there are detaching the inter-relation between several subjects to be talked in the text. There is ended which reconstruction is a type of preservation that can be necessary, when the symbols referring to a culture survive in the exceptional form in the memory of a group, and what these need to be preserved like identity, safeguarding the cultural and social aspects. That the objects that we call an inheritance are treated with the proper cultural importance, with all his signification, be material or immaterial, and which new approaches, discussions, which look for a qualitative profit for our culture, are carried out without a daily pay-concept resulting from a conservative thought.

KEYWORDS: Reconstruction; Cultural Heritage; Restoration; Cultural significance; Warsaw.

1 | INTRODUÇÃO

Entre todo o vasto campo no qual o patrimônio cultural está inserido, um dos pontos mais polêmicos que podemos citar é o da reconstrução, responsável por suscitar certo debate entre diversas linhagens teóricas de restauro e uma reflexão sobre as diferentes formas de preservação da memória e as práticas de restauração que tendem a dar suporte material a essas memórias.

Uma série de acontecimentos pode levar a destruição ou profundo dano ao patrimônio, como as mais variadas guerras acontecidas nos séculos passados, que acarretaram certos danos pontuais, chegando aos conflitos militares na atualidade, os quais possuem alto poder de dano, podendo arrasar um grande numero de edificações quase que simultaneamente. Outros fatores prejudiciais são desastres naturais ou mesmo a ação errônea do homem sobre o bem, sobre a matéria. A Segunda Guerra Mundial, conflito que devastou dezenas de cidades ocasionando a perda de uma quantidade de monumentos, de forma abrupta, fomentou uma nova demanda para a teoria do patrimônio e restauro, devido a esse novo paradigma de destruição inexistente até o momento.

Ao buscarmos as idéias de restauração e reconstrução, podemos correlacionar a forma como esses conceitos implicam no modo de atuação atual no patrimônio cultural? Essa indagação é compreendida, na forma como a preservação chega ao nosso cotidiano. Cesare Brandi, em sua obra “A teoria da restauração”, foi um dos teóricos precursores a serem inseridos no contexto brasileiro sobre a preservação que teve uma acentuada repercussão. Conforme Brandi, que comandou o Instituto Central de Restauração (ICR) de Roma, de 1939 até 1960, no pós Segunda Guerra, o restauro

“constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro” (BRANDI, 2008, p.30), mostrando com isso que o valor histórico, para o mesmo, seria secundário ao valor estético. Brandi define dois axiomas para sua teoria, sendo primeiro que apenas a matéria da obra da arte deve ser restaurada (BRANDI, 2008, p.31); o segundo é quanto a restabelecer na obra de arte a sua unidade potencial, mas colocando uma importante ressalva quanto ao falso artístico/histórico, sem excluir nenhuma marca da passagem da obra de arte pelo tempo (BRANDI, 2008, p.33), o que demonstra também a importância à instância histórica. Somente se mantendo a integridade imagética que ocorreria o reconhecimento de toda obra artística, mantendo a unidade da imagem da obra, sem perder suas características históricas e estéticas, o que está diretamente relacionado ao conceito de autenticidade. A restauração acaba se fundamentando no respeito pela obra, por sua materialidade, pelos seus aspectos documentais e de conformação.

As bases teóricas visando a preservação são diversificadas, e conforme a situação, o período histórico e a cultura do povo, a aplicação das mesmas geralmente geram contínuos debates devido a linha de pensadores. Além desse conceito sobre restauração de Brandi, pode-se utilizar outras bases teóricas sobre preservação, como as preconizadas por Viollet-le-Duc, Ruskin, Riegl, além dos discursos feitos por Boito, Giovannoni, Roberto Pane e outros; e ainda, as cartas patrimoniais, fornecendo uma base deontológica para as mais variadas profissões envolvidas na preservação. Com isso, muitos trabalhos de restauro acabam por danificar a obra, seja por interpretações apressadas, diversas vezes equivocadas e superficiais.

Essas cartas são frutos de discussões temáticas, em determinados momentos, gerando documentos concisos que condensam os pontos que foram obtidos em consenso nas discussões, oferecendo tópicos de caráter indicativo ou prescritivo, não tendo característica normativa, pois suas orientações devem ser reinterpretadas e elucidadas para as mais distintas culturas em que forem inseridas, e a partir disso, atestar sua absorção em propostas legislativas. O seu aproveitamento e utilização na prática, atualmente, demonstra uma necessidade de uma análise crítica fundamentada no documento. A Carta de Veneza já coloca uma observação importante sobre a restauração, explicando o que é uma operação de “caráter excepcional”, que deve terminar onde a hipótese começa (CARTA DE VENEZA, 1964).

Com os estudos relacionados à preservação em evolução constante no séc. XX, nota-se um consenso no tocante sobre a falsificação da matéria, além da patina do tempo sendo integrante da história dos bens. Reconstruir determinado bem já fere esses princípios, primeiramente pela dita falsificação da matéria; e conseqüentemente pela problemática da elaboração de cenários com um vazio simbólico a determinado grupo de indivíduos. Ora, quando se começa a usar o artifício da hipótese, baseando-se em estudos imperfeitos ou incompletos, tem-se como resultado reconstruções fantasiosas, que vão potencializar ainda mais esse vazio simbólico.

Em determinados países, a reconstrução já foi feita em grande escala, como em Varsóvia na Polônia, em várias cidades da Alemanha, além de outros países europeus no pós-guerra. Conforme Castriota (2004, p.1-7), nos EUA a prática de reconstrução também foi muito usada, muitas vezes como uma necessidade pedagógica para atribuir que um sítio apresentasse sua condição original. O termo “restauração” nos países norte-americanos, é sinônimo de um tipo de “reconstrução parcial” empreendida para recuperar o que foi em determinado momento significativo.

Admite-se a opção de reconstrução como recurso da restauração no Brasil apenas em circunstâncias extremas, como no ocorrido em 2010 com a Igreja Matriz São Luís de Tolosa, em São Luís do Paraitinga - SP, que ruiu após fortes chuvas atingirem a localidade. Outro exemplo é a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, a maior igreja construída no Centro Oeste Brasileiro, em 1728, foi destruída por um incêndio ocorrido em 2002, onde o fogo consumiu a cobertura, telhado e toda a parte interna do monumento (IPHAN, 2010).

E como a essência do patrimônio cultural é ampla, no oriente do mundo, a percepção do povo em relação a tal assunto se mostra muito diferente ao que estamos acostumados. A exemplo disso, mostra-se o trabalho que é realizado de demolição e reconstrução do Templo de Ise a cada 20 anos, em uma cerimônia chamada Shikinen Sengu, ligada ao xintoísmo. A técnica, o saber fazer, passa de geração em geração, onde o imaterial se sobressai diante do material, nessa demonstração de transmissão cultural.

Mas como há uma grande resistência e um enfrentamento devido as mais variadas correntes de preservação no quesito referente à reconstrução, abre-se algumas questões a serem levantadas. Monumentos nacionais que venham a ser destruídos, por motivos de guerra, desastres naturais, incêndios e outras causas semelhantes, devem ser reconstruídos? O senso de pertencimento da população seria resgatado em uma réplica da edificação original? Se reconstruído, a questão afetiva da comunidade com o bem, seu símbolo social, seria relegado a segundo plano para não ter como resultado o falseamento histórico, uma nova matéria? Essas e outras perguntas demonstram a complexidade do tema.

2 | A EVOLUÇÃO DA RECONSTRUÇÃO SOBRE A ÓTICA PATRIMONIAL

Nestas indagações, vemos a necessidade conceitual de entendermos a reconstrução conforme com as diversas óticas teóricas às quais ela esta contida. O debate sobre reconstrução já é visível no Ocidente mesmo na Antiguidade. Segundo Souza (2009), para se definir reconstrução, inicialmente é necessário estabelecer quais foram os critérios e a importância que levam ao que ela é em essência, onde a superação de noção da morte do monumento e sua posterior materialização em um contexto histórico novo. O intervalo temporal entre a efetiva destruição de um bem e

seu novo aparecimento deixa uma lacuna, onde essa ação elimina categoricamente o fator tempo. Segundo o autor, o monumento não deixa de existir, mas continuou presente e vivo na memória das pessoas que querem sua reedificação, como também em registros iconográfico e escritos da própria história anterior. Pode-se definir reconstrução como um instrumento ou mecanismo de recuperação e restabelecimento da memória de um monumento ou bem, que foi perdida na sua materialidade. Com isso, uma nova e recém adquirida materialidade física é proporcionada ao monumento, e dessa forma pode-se reassumir seu valor cultural, mas deixando claro que o hiato do tempo foi descartado. O patrimônio que este monumento consiste é então reintegrado a sociedade, mas deixando com isso um grande paradoxo, pois esse patrimônio material reconstruído não é mais o mesmo que tinha descrita na sua superfície a passagem pelo tempo, que acabou sendo destruída em seu valor (SOUZA, 2009).

O séc. XIX assume papel proeminente no processo de preservação, e no decorrer de todo esse período foram constantes as tentativas de inventários sistemáticos, experimentações práticas, formulações teóricas, elaboração de medidas legais e a consolidação de órgãos de preservação. As experiências foram díspares, com uma oscilação entre posturas antagônicas, desde as mais conservativas, com grande apreço pelas marcas da passagem do tempo, quanto pelos valores formais da pátina, e até mesmo as posturas voltadas a complementos e refazimentos em estilo. Fazendo uma abordagem histórica, nota-se uma grande disparidade entre essas duas correntes doutrinárias sobre a restauração do patrimônio. A primeira doutrina é intervencionista, onde predomina nos conjuntos de países europeus, simbolizada por Villet-le-Duc. A segunda doutrina, inglesa, é a anti-intervencionista, representada por Ruskin e Morris (CHOAY, 2003, p.153). Os anti-intervencionistas tratavam o edifício como sagrado, devido ao trabalho das gerações anteriores, sendo a marca do tempo neles impressa parte da sua essência. Como conclusão, nos é proibido tocar nos monumentos do passado, pois eles não nos pertencem, segundo essa corrente de pensamento (CHOAY, 2003, p.154-155). Em a Lâmpada da Memória, Ruskin mostra seu desprezo sobre a palavra restauro, ao afirmar que “ela representa a mais total destruição que um edifício possa sofrer”, e fazendo uma analogia a ressuscitar os mortos, a impossibilidade de restaurar em arquitetura. Nesse ponto, faz uma crítica a corrente intervencionista, quando os mesmo executam ao estilo dos projetistas já mortos (RUSKIN, 2003, p.25). Para Ruskin e Morris, a essência do edifício ou objeto sofre um atentado contra a sua própria autenticidade quando passa por um processo de restauro (CHOAY, 2003, p.155).

A doutrina dos intervencionistas era dominada pela figura de Viollet-le-Duc, que almejava na restauração restituir-lo a um completo estado idealizado da obra, que por sinal, pode nunca ter existido num dado momento (CHOAY, 2003, p.156), visando a unidade de estilo, e muitas vezes, com esse pensamento, acabando por sacrificar várias fases da obra e feitas substituições maciças. O procedimento de Viollet-le-Duc se caracterizava por procurar entender a lógica da composição do edifício, concebendo

um modelo ideal entre forma, função, materiais e estrutura, e a seguir, impondo sobre a obra o esquema idealizado. Se a falta de determinados elementos em um edifício o fizessem perder seu caráter estilístico, no processo de restauração esses elementos deveriam ser acrescentados. Olhando sobre uma ótica da reconstrução, pode-se interpretar que a mesma é uma ferramenta para o restauro estilístico.

Mesmo sem formar uma teoria, Camillo Boito, a partir das idéias de Viollet-le-Duc e Ruskin estabelece alguns princípios mais ponderados entre os eles, onde trata a restauração como algo distinto e, às vezes, oposto à conservação, mas necessário. Elaborou uma série de critérios de intervenção acerca da conservação e restauração de monumentos históricos. No que tange a restauração estilística, aponta os perigos de alcançar um estado que nunca pode ter existido (BOITO, 2008, p. 23-24). Afirma com isso, que “quanto mais bem for conduzida a restauração, mais a mentira vence insidiosa e o engano, triunfante” (BOITO, 2008, p. 58). Surge uma nova visão sobre o tema, quando Alöis Riegl surge para abordar o monumento segundo seus valores, rompendo com este contínuo de teorias baseadas em estilo e historia. Estabelece princípios sobre a preservação com base nos “valores” dos monumentos, que são: valor de antiguidade, valor histórico, valor de rememoração intencional, valor de uso, valor de arte relativo e valor de novidade (RIEGL, 2014). O valor de antiguidade, o mais importante para Riegl, é algo que afeta diretamente as reconstruções, pois há a completa supressão do mesmo.

Nas cartas patrimoniais publicadas no séc. XX, elas nos mostram a evolução e o desenvolvimento da teoria do restauro nas ultimas décadas. Nessas cartas, há citações que fazem recomendações onde a reconstrução seja evitada, como a afirmação explícita de que não se deve reconstruir o monumento, ou considerando a reconstrução somente como o ultimo recurso ser feito, no caso pela especificidade do monumento cuja significância social e cultural para a comunidade seja absolutamente excepcional (ALMEIDA, 2013, p.9). A Carta de Atenas de 1931 já se inicia constatando que em diversos Estados representados “predomina uma tendência geral a abandonar as reconstituições integrais, evitando assim seus riscos”, passando somente a conservação dos edifícios através da manutenção e restauração, apontando com isso, mesmo que indiretamente e sem apontar a palavra reconstrução, que esse caminho não sendo uma intervenção aconselhável. A mesma carta já cita o trabalho em ruínas, através da anastilose (1931, p.1). Já a Carta de Veneza refere-se a restaurações de forma mais cautelosa, em seus artigos 12 e 13, abaixo descrito:

Art.12 Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmonicamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais, a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte ou de história.

Art.13 Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitarem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente (CARTA DE VENEZA, 1964).

No artigo 15 da mesma carta, é apontado que o trabalho de reconstrução deve ser

excluído *a priori*, e é permitida a recomposição de partes existentes, mas desmembradas, através apenas da anastilose. Segundo Souza (2009), na anastilose a matéria nova é empregada como suporte da matéria original, onde fica esta submetida, tendo de ser destacada a dessemelhança as partes. Na reconstrução, o material originário pode existir ou não, mas quando é existente, a matéria nova inserida vai desempenhar um papel em tal grau de importância quanto a matéria original no produto final. Para Souza, a parcela nova e original também não é determinante no processo (SOUZA, 2019). Nesse quesito, questiona-se em tom irônico, se alguns trabalhos realizados de reconstrução são um grande trabalho de anastilose, entrando outros aspectos a serem analisados, como o papel exercido pela matéria novata no processo.

Duas cartas patrimoniais posteriores abordam a reconstrução com uma abordagem mais específica. A primeira dela é a Carta de Burra (1980) que lança luz para uma definição de reconstrução na teoria moderna de preservação e restauro:

Art. 1º [...] A reconstrução será o restabelecimento, com o máximo de exatidão, de um estado anterior conhecido: ela se distingue pela introdução na substância existente de materiais diferentes, sejam novos ou antigos. A reconstrução não deve ser confundida nem com a criação, nem com a reconstrução hipotética, ambas excluídas do domínio regulamentado pelas presentes orientações; (CARTA DE BURRA, 1980)

Nos artigos 17, 18 e 19, a carta se aprofunda sobre reconstrução, rompendo com valores anteriormente aceitos por correntes intervencionistas, como Viollet-le-Duc, e indo contra a corrente anti-intervencionista, de Ruskin, que afirma que nem meia polegada desgastada poderia ser copiada, que essa cópia direta e simples é materialmente impossível (RUSKIN, 1996). A carta mantém a recomendação de uma grande cautela nesse tipo de intervenção em monumentos:

Art.17º A reconstrução deve ser efetivada quando constituir condição *sine qua non* de sobrevivência de um bem cuja integridade tenha sido comprometida por desgastes ou modificações, ou quando possibilite restabelecer ao conjunto de um bem uma significação cultural perdida.

Art. 18º A reconstrução deve limitar-se á colocação de elementos destinados a completar a entidade desfalcada e não deve significar a construção da maior parte da substância de um bem.

Art. 19º A reconstrução deve limitar-se à reprodução de substâncias cujas características são conhecidas graças aos testemunhos materiais e/ou documentais. As partes reconstruídas devem poder ser distinguidas quando examinadas de perto (CARTA DE BURRA, 1980, p.5).

Com esse tratamento feito a reconstrução, adota-se como opção viável na direção da preservação e do restauro quando a integridade dos bens danificados e do seu conjunto forem asseguradas, sem que ocorra a construção em totalidade ou da maior parcela do bem, e que não aconteça um falso histórico.

A Carta de Burra (1980, p.3), conceitua a Significância Cultural, que vai englobar os valores estéticos, históricos, culturais, sociais e outros, que passam pelas gerações

e está incorporado no próprio local, no ambiente e nos objetos aos quais se relaciona. Esse conceito de Significância Cultural vai auxiliar na estimativa dos valores de lugares que são passíveis de serem significantes, auxiliando a percepção e entendimento do passado e do presente, dando uma base sólida a gerações posteriores. Essa perspectiva que a Carta de Burra acrescenta no campo do patrimônio cultural é de extrema valia, já que coloca a questão de afetividade em relação aos bens em um plano de destaque. Isso é expresso quando ela se refere que a significação vai incorporar todos os elementos que contribuem para seus significados, deixando para um segundo momento a questão física e espacial.

A abordagem sobre reconstrução nas cartas avança, e tem pela Carta de Cracóvia (2000) mais um espaço destinado, quando abre novamente o diálogo das intervenções, colocando como ferramenta a reconstrução para ocasiões em que o dano seja muito alto, impensável, como guerras e desastres naturais. Inicialmente, em seu artigo 4, ela define que as reconstruções de partes significativas devem ser evitadas quando os responsáveis pelo trabalho buscarem um “verdadeiro estilo”. Logo, reconstruir fragmentos muito limitados que tenham um significado arquitetônico, podem ser excepcionalmente aceitos, mas com o porém de se fundamentar em documentação precisa e irrefutável. Como conclusão desse artigo da referida carta, se faz uma importante menção referente ao universo e conceito de reconstrução, onde se nota um apelo afetivo: somente justificada por motivos culturais e sociais, e que estejam relacionados com a própria identidade da comunidade local, os serviços de reconstrução da totalidade do edifício podem ser executados (CARTA DE CRACÓVIA, 2000, p.2). Conforme Viñas, (2005, p.153), sendo o valor simbólico não inerente ao objeto em si, mas sim o resultado das próprias pessoas que o rodeiam, utilizam e que o cercam, e o compartilhar desse seus significados é que acaba por transformá-los em bens patrimoniais relevantes.

3 | RENASCIDO DAS RUÍNAS: O MUSEU DE VARSÓVIA (STRONA DEKERTA)

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Polônia foi invadida pela Alemanha Nazista, e no seu território ocorreu uma série de conflitos, sendo dois deles de grande destruição. O primeiro foi o levante do Gueto de Varsóvia, onde houve uma resistência dos judeus confinados em um gueto, em 1943. O segundo, foi o levante de Varsóvia, em 1944, uma luta prevista a durar de 2 a 3 dias, mas que se estendeu a 63 dias. Após a queda do levante de 1944, como é apresentado pelo historiador Norman Daves em seu livro Levante de 44, a resposta de Hitler foi de pura vingança contra a cidade, realizando a demolição sistemática durante mais de três meses. Para ter uma noção da dimensão da vingança sistematizada de Hitler contra o patrimônio polaco, além de esquadrões de lança chamas para fazer queimar as casas menores:

[...]equipes de demolição usavam dinamite e equipamento pesado para derrubar

os edifícios e monumentos maiores. Grupos de camponeses alistados à força catavam restos de metais e outros materiais de construção aproveitáveis e os levaram embora. A operação continuou sem parar, dia a dia, rua a rua, bairro a bairro (DAVIES, 2006, p.510).

A intenção dos nazistas em exterminar uma nação pela cultura atingiu níveis extremos em Varsóvia, onde “957 objetos incluídos no registro dos monumentos em 1939, 782 foram destruídos totalmente, 141 foram gravemente danificados e 34 foram relativamente bem conservados”. Mostrando com isso a intensidade da ação alemã, que por sinal, cabe enfatizar, teve o auxílio por historiadores de arte alemães aos militares que estavam em missão de destruição (REKAWEK, 2010, p.60).

Surge aqui um embate entre memória e história discutido por Pierre Nora (1993), pois após uma perda tão significativa de seus *lugares de memória*, só restou à memória dar o apoio a continuidade histórica de um grupo social. Nora já dizia que a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, representando o passado. Em contraponto, a memória, que é viva, atual, um elo vivido no eterno presente (NORA, 1993, p.9). No ato de reconstrução realizado em Varsóvia, não apenas um conjunto de informações e objetos poderiam reconstruir o passado da cidade, mas todo um conjunto de memórias coletivas e individuais (HALBWASCHS, 1990, p.82). Segundo Pollak (1989), a memória é formada por acontecimentos, sujeitos, indivíduos e lugares, e essas pessoas em Varsóvia acabaram por ter sua memória coletiva forjada de forma muito contundente, para todo o conjunto querer novamente seu espaço tal qual como era. A própria compreensão do que se entende por identidade pode-se relacionar com o sentido da imagem vivida, observada e absorvida de um contexto, devido a ligação fenomenológica estreita entre a memória e o sentimento de identidade (POLLAK, 1989, p.12). A população da cidade usou da memória para auxiliar e fornecer suporte a história num momento de colapso.

A reconstrução feita na cidade, que se encontrava quase totalmente destruída, iniciou-se com o fim da guerra. Para o polaco civil ou militar e aos judeus, que passaram por várias provações durante o conflito na Polônia, em especial em Varsóvia, a devastação de quase toda cidade e de 85% do seu centro histórico deixou uma enorme ferida aberta no seio da população (UNESCO, [199?]). O processo de reconstrução decorreu como resultado da determinação dos habitantes e com todo apoio da nação. O significado da cidade, dos seus monumentos estava muito presente e não podia ser perdido. As ruínas mostravam os riscos do esquecimento, pela perda sofrida em seu patrimônio. Dessa forma, a reconstrução ocorrida na Cidade Velha, na sua forma urbana e arquitetônica, foi a manifestação do cuidado e atenção tomado para assegurar a sobrevivência e continuidade de um dos testemunhos mais importantes da cultura polonesa. Devido a importância para o povo polaco, a Cidade Velha de Varsóvia foi tombada em 1966, e na década de 1980, incluída na lista do patrimônio histórico mundial (ICOMOS, 1978).

Houve uma contribuição muito grande para as doutrinas relativas a urbanização

e conservação após as destruições na Segunda Guerra Mundial. Conforme relatado pelo ICOMOS (International Council on Monuments and Sites) para a UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), “é um excelente exemplo de uma reconstrução quase total de um período da história que abrange os dias do século XIII ao XX (ICOMOS, 1978, p.3).” Mais do que isso, “este exemplo ilustra a eficácia das atividades de conservação na segunda metade do século 20, que permitiu a reconstrução integral do complexo conjunto urbano.”

Cabe aqui salientar que mesmo com a falta de interesse das autoridades pelo regime comunista em fazer uma concessão para recuperar um pedaço de Varsóvia, havia uma característica muito peculiar embutida nesse pensamento, já que o passado histórico de Varsóvia era tradicionalmente antirusso e antissoviético, num momento em que esse país deveria ser contemplado apenas como satélite da União Soviética. Em contraponto ao pensamento polaco, o *lugar de memória* planejado pelos soviéticos para a capital polaca, o Palácio da Cultura, era um edifício imponente e alto, sendo o complexo para os habitantes com 42 andares, que domina até os dias atuais a vista na cidade (REKAWEK, 2010, p.64).



Figura 1 - Praça da cidade velha antes da guerra.

Fonte: Muzeum Warszawy. Disponível em: <<http://muzeumwarszawy.pl/>> Acesso em: 03 fev. 2016.

Mesmo tentando convergir para o projeto da edificação de detalhes arquitetônicos que recolheu da tradição polaca para contemporizar o sentimento nacional polaco, o projeto do arquiteto russo Lev Vladimirovich Rudnev não alcançou inicialmente tal objetivo, tendo a maioria esmagadora dos habitantes não tendo ligação com o edifício, pois não havia nele um reconhecimento. A ligação afetiva dos moradores em relação à cidade destruída era algo muito forte, sua identidade estava fortemente abalada e

eles viam nas ruínas um resgate da sua cultura e hábitos sociais. No centro histórico da Cidade Velha está localizada a Praça do Mercado, um grande largo ao ar livre, também sendo a área de grande utilização pelos poloneses para comércio, comícios, manifestações e, sobretudo, lugar para todos - antes da Segunda Guerra Mundial (ver figura 01). Devido ao intenso bombardeio, o local foi muito danificado durante o conflito, chegando ao ponto de ficar em aspecto de ruínas (ver figura 02).



Figura 2 - Praça da cidade velha antes da guerra.

Fonte: Muzeum Warszawy. Disponível em: <<http://muzeumwarszawy.pl/>> Acesso em: 03 fev. 2016.

Numa das 4 conformações da Praça do Mercado, chamada de *Dekerta*, existia desde 1936 uma edificação de bastante significância para os polacos, o Museu de Varsóvia. Entre 1937 e 1938, o museu comprou 3 casas, as numero 32, 34, 36 (MUZEUM WARSZAWY, [199?]). Um ano após, inicia-se o conflito mundial. Durante todo o percurso da guerra, o bombardeio, o fogo de artilharia e combates durante a Revolta de Varsóvia, a Cidade Velha foi destruída sendo a ala *Dekerta* que sofreu a menor perda. O museu além de ter seus catálogos, inventários e coleções destruídas, também sofreu diversos danos físicos, como mostra a figura 04. A casa nº 34 e nº 36 foram as menos danificadas, pois antes da guerra sofreram alterações, como tetos refratários, enquanto se adaptavam para o Museu. Como resultado, sobreviveram muitas peças originais, como pinturas do século XVII. Nos outros edifícios que são preservados apenas portais, parte das abóbadas góticas do porão e adegas, os corredores do andar térreo, além da fachada fortemente danificada (MUZEUM WARSZAWY, [199?]).

Após a guerra, o sentimento do povo polaco por essa parte da cidade fomentou diversos debates sobre a reconstrução, pois o apelo afetivo da comunidade local foi extremo, pois se sentia privado da sua própria identidade. O arquiteto Stanislaw

Zaryn foi o responsável pelo projeto e liderou a reconstrução de mais de 40 edifícios históricos em Varsóvia, incluindo o Museu e edifícios adjacentes a ele na Praça do Mercado. As edificações adaptadas ao museu foram reconstruídas entre 1948-1954, chegando a um grupo de onze edificações ao todo, e toda a ala chamada de *Dekerta*, formam a sede do Museu Histórico de Varsóvia, sendo atualmente a edificação nº42 a entrada do museu (figura 03).



Figura 3 - Varsóvia, 1952. A reconstrução da Cidade Velha, ala Dekerta, vista da Praça da Cidade Velha.

Foto. Zbyszko Siemaszko. Disponível em: <<http://warszawa.onet.pl/zmartwychwstanie-warszawy/3f2er/>> Acesso em: 03 fev. 2016.

Para a comunidade polaca, buscou-se sua identidade, suas referencias, num desejo coletivo de ancorar os sentimentos de pertencimento ao passado. Após a reconstrução da praça e do museu, a ambiência retornou ao Centro Velho (ver figura 06), tornando esse pedaço de Varsóvia não um cenário, mas uma reconstrução que tem forte ligação afetiva com a população local.



Figura 4 - Ala Dekerta reconstruída, com ambiência na Praça do Mercado atualmente - (2016).

Fonte: Arquivo pessoal do autor (Daniel Moratori).

4 | CONCLUSÕES

Com base na problemática evidenciada, pode-se observar várias ações de diversos atores na conservação, manutenção e reconstrução do patrimônio, os quais adquiriram diversas ramificações que foram orientadas por diversos valores, princípios, regras e interesses, a partir do tempo ou dos contextos culturais envolvidos. No campo de preservação atual, presume-se que nas intervenções seja decidido o que manter como lembrança, elencando dessa forma, o que deva ser esquecido, ao menos em sua forma materializada. A reconstrução geralmente não é considerada opção no campo patrimonial devido aos pontos negativos que a mesma pode trazer se tratada erroneamente. Mas em determinadas ocasiões trabalha de forma inversa, em devolver a materialidade de um bem destruído para um grupo que busca de forma excepcional sua identidade, transcendendo a matéria, adicionando o valor da afetividade acima da história e do tempo, sem causar um efeito de cenário para tal grupo.

Filosoficamente, podemos fazer um paralelo dos dilemas da reconstrução como o paradoxo do “Navio de Teseu”, da mitologia grega. Teseu, após se voluntariar para uma viagem em que lutaria contra o Minotauro, teria ao longo da viagem trocado vários componentes do seu barco, desde madeiras até as velas. Voltando Atenas vitorioso, teria Teseu chegado com o mesmo barco que partiu? Ou a quase total substituição gradativa teria formado um novo barco? E ainda, se juntassem as peças que foram substituídas, formando novamente a embarcação, seria essa a que verdadeiramente esteve na viagem? A embarcação montada no decurso do caminho se transformaria em que? Assim como o “Navio de Teseu”, uma edificação a ser reconstruída suscita uma gama de questionamentos e discussões sobre sua autenticidade e materialidade, que merecem a mais profunda atenção.

A recuperação da materialidade perdida de uma determinada arquitetura se

justifica quando o monumento sobrevive na memória e o seu valor permanece, e quando o objetivo é colocado acima da autenticidade daquilo que está sendo reconstruído, tendo a plena consciência que a matéria reconstruída não irá fazer o passado retornar, o valor de antiguidade nunca será restituído, a patina do tempo foi perdida, aceitando-se que o objeto reconstruído é a personificação da obra perdida. Pode-se com isso, dizer que reconstrução é um tipo de preservação, quando os símbolos referentes a uma cultura sobrevivem de forma excepcional na memória de um grupo e que estes precisam ser preservados como identidade, salvaguardando os aspectos culturais e sociais. Que os objetos que chamamos de patrimônio sejam tratados com a devida importância cultural, com toda sua significância, seja material ou imaterial, e que novas abordagens, discussões, que busquem um ganho qualitativo para nossa cultura, sejam realizadas sem um pré-conceito advindo de um pensamento conservador.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, R.F.S.A. **Conservação e valores sob a perspectiva do patrimônio na Alemanha: a prática da reconstrução**, 2013; Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Universidade Federal de Minas Gerais

BRANDI C. **Teoria da Restauração**. 3ªed. São Paulo: Atelier Editorial, 2008. 261 p.

BOITO, Camillo. **Os restauradores**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008. 63 p.

CARTA DE ATENAS – 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>> Acesso em: 02 fev. 2016.

CARTA DE BURRA – 1980. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>> Acesso em: 02 fev. 2016

CARTA DE CRACÓVIA – 2000. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>> Acesso em: 03 fev. 2016

CARTA DE VENEZA – 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>> Acesso em: 02 fev. 2016.

CASTRIOTA, L. B. História da arquitetura e preservação do patrimônio: diálogos. In: **XXIV Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte**, 2005, Belo Horizonte. XXIV Colóquio do CBHA. Belo Horizonte: C/Arte, 2004. v. I. p. 1-7.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2003.

CUNHA, Claudia R. Alois Riegl e “O culto moderno dos monumentos”. In: **Revista CPC**, São Paulo, v.1, n.2, maio/out. 2006, p.6-16.

DAVIES, Norman. **O levante de 44: a batalha por Varsóvia**. Rio de Janeiro: Record, 2006. p.862

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

ICOMOS, **Advisory Body Evaluation for World Heritage Committee**. Paris, 1978.4 p.

IPHAN, **Iphan mantém ações em São Luiz do Paraitinga durante o fim de semana**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2711/iphan-mantem-acoes-em-sao-luiz-do-paraitinga-durante-o-fim-de-semana>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

RĘKAWEK, Jolanta. Um patrimônio cultural sem capital histórico: o caso de Varsóvia. **Políticas Culturais em Revista**, 1 (3), p. 56 - 70, 2010

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. Salvador: UFBA, 1996.

SOUZA, Luiz Antonio Lopes de. Wiederaufbau: a Alemanha e o sentido da reconstrução. Parte 1: A formação de uma nação alemã. Parte 1/3. In: **Arquitextos**, São Paulo, Vitruvius.111.04, ano 10, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.111/35>> Acesso em: 04 fev. 2016.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Contemporary Theory of Conservation**. Oxford: Elsevier Butterworth - Heinemann, 2005.

UNESCO. **World Heritage List: Historic Centre of Warsaw**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/30>>. Acesso em: 03 fev. 2016

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-38-3

